

## CENTRAL DE COMPRAS - SEGES - ME

# Estudo Técnico Preliminar 20/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 19973.007342/2025-48

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Trata-se de instrução processual para credenciamento de instituição(ões) financeira(s) tipo I, devidamente autorizada por entidade competente, e de instituição(ões) gestora(s) de plataforma(s) digital(is), de forma a viabilizar a operação de crédito baseada em contrato administrativo, realizada entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal AntecipaGov, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, cabendo à Central de Compras os procedimentos de credenciamento das referidas instituições, conforme dispõe e define a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

(...)

#### Definições

Art. 3º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:

(...)

*II - instituição financeira tipo I - pessoa jurídica autorizada por entidade competente, credenciada pela Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que poderá realizar operação de crédito decorrente de contrato administrativo, sem a intermediação de instituição gestora da plataforma digital;*

(...)

*IV - instituição gestora da plataforma digital - pessoa jurídica **credenciada pela Central de Compras** da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos que fará a intermediação de operação de crédito decorrente de contrato administrativo;*

(...)

### CAPÍTULO II

#### DO ACESSO E UTILIZAÇÃO DO PORTAL ANTECIPAGOV

#### Acesso

Art. 4º O acesso ao Portal AntecipaGov pelas instituições financeiras tipo I e instituições gestoras das plataformas digitais se dará por meio de **credenciamento realizado, exclusivamente, pela Central de Compras** da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

(destaques nossos)

2.2. O procedimento se faz necessário para a sucessão do extinto Credenciamento nº 2/2020, instruído mediante o Processo Eletrônico SEI nº 19973.104746/2020-74, do então Ministério da Economia.

2.3. Além da necessária publicação de novo edital de credenciamento, de modo a permanecer aberto a novas interessadas, se houver, considerando que a Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de abril de 2023, estabeleceu termo final da vigência em até 31 de dezembro de 2024, para qualquer credenciamento realizado sob a égide da Lei nº 8.666/1993, o que levou à extinção formal do credenciamento em

comento, conforme Comunicado DOU - Extinção de Credenciamento (SEI-MGI 47358552), o novo credenciamento se faz relevante e indispensável para que se implantem as novas regras e diretrizes estabelecidas pela novel Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para operações de crédito decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal AntecipaGov, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que terá vigência plena a partir de 2 de junho de 2025.

2.4. Transcorrida a vacância da norma, dar-se-á a revogação da Instrução Normativa SEGES nº 53, de 8 de julho de 2020 e disporá "sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional".

2.5. Conforme o Art. 4º da novel instrução normativa, o acesso ao Portal AntecipaGov pelas instituições financeiras tipo I e instituições gestoras das plataformas digitais se dará por meio de credenciamento realizado, exclusivamente, pela Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

2.6. Tais procedimentos encontram-se amparados nos Capítulos II a IV da referida instrução normativa, bem como no Decreto nº 12.102 /2024, referente à estrutura regimental desta Pasta, no Decreto nº 11.878/2024, que regulamenta o procedimento auxiliar denominado credenciamento e na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

2.7. Por ser oportuno, registra-se os resultados relativos à concessão de crédito no âmbito do Credenciamento nº 2/2020, do ano de 2021, até 30 de abril de 2025:

Tabela 1

Quantidades referentes aos empréstimos realizados

Ano	2021 (R\$)	2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)	2025 (até 31/4) (R\$)	Total (R\$)
Total de Cotações:	43	15	14	71	52	195
Total de Propostas:	54	16	14	84	63	231

Tabela 2

Valores monetários referentes aos empréstimos realizados

Ano	2021 (R\$)	2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)	2025 (até 31/4) (R\$)	Total (R\$)
Total das Cotações:	34.521.715,02	2.380.800,00	3.572.797,53	27.741.519,28	29.669.224,49	97.886.056,32
Total de Empréstimos:	12.768.473,51	1.501.583,78	2.098.735,63	15.362.430,85	9.685.187,98	41.416.411,75

Tabela 3

Quantidades referentes às cotações sem recebimento de propostas

Ano	2021 (R\$)	2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)	2025 (até 31/4) (R\$)	Total (R\$)
-----	---------------	---------------	---------------	---------------	-----------------------------	----------------

					(R\$)	
Total de Cotações:	667	1.723	1.263	673	317	4.643

2.8. A quantidade significativa de cotações para as quais as instituições financeiras credenciadas não ofertaram proposta revela o quão é acertada a ação administrativa pelo procedimento auxiliar de credenciamento, que afasta a relação de exclusão relativa às licitações com disputa e seleção de uma única proposta vencedora.

2.8.1. Tal conclusão de adequação do procedimento auxiliar de credenciamento é referente tanto ao maior universo de instituições que podem apresentar proposta a cada pedido de cotação, como também à constatação de que quantidade relevante dos pedidos de cotação não atraíram qualquer das credenciadas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Central de Compras da Secretaria da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	Marfisa Carla de Abreu Maciel Castro - Diretora

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Conformidade normativa: observar os requisitos formais e operacionais definidos na IN SEGES/MGI nº 82/2025, na Lei nº 14.133 /2021 e no Decreto nº 11.878/2024;

4.2. Contratação mediante procedimento de credenciamento de tantas quantas instituições financeiras tipo I e/ou empresas gestoras de plataformas digitais que manifestarem interesse por meio de requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar e cumprirem os requisitos para a habilitação e a conformidade de seu requerimento com as exigências estabelecidas no edital:

4.2.1. Os requisitos para o credenciamento das interessadas abrangem:

- I. A formalização do Pedido de Credenciamento
- II. Cumprimento das condições de habilitação exigidas no edital de credenciamento;
- III. Assinatura de Termo de Credenciamento.

4.2.2. Critérios para ordem de contratação dos credenciados.

4.2.2.1. Trata-se de hipótese de credenciamento com contratação mediante seleção a critério de terceiros, caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação. Os credenciados serão escolhidos conforme os interesses dos fornecedores titulares de contratos administrativos, de forma discricionária, avaliadas as propostas que vierem a ser apresentadas caso a caso no Portal AntecipaGov.

4.3. Prestação continuada, considerando que a administração pública sempre terá contratos para a prestação de fornecimento de bens e /ou serviços terceirizados e a operação de crédito instrumentalizada pelo uso do AntecipaGov é uma prerrogativa ofertada aos seus fornecedores, que tanto os favorece quando à Administração, seja por ser mais um atrativo adicional para que sejam fornecedores da Administração, quanto pode ser utilizado como instrumento para que o fornecedor tenha, se precisar, adiantar recursos para arcar com seus compromissos e manter-se em atividade, quanto para investimentos que venham a ser necessários.

4.4. Vigência do edital de credenciamento indeterminada, considerada a necessidade da prestação continuada dos serviços.

4.4.1. A respeito, considerando que nesta oportunidade há o "Modelo de Edital para Credenciamento - Lei nº 14.133, de 2021", elaborado e atualizado em junho de 2024 pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União, devidamente aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação, transcreve-se, a seguir, 3 (três) notas explicativas que constam no referido modelo, tratando de vigências e validades:

I) Notas explicativas para o preâmbulo do modelo de edital, referente ao "PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL:  
**Nota Explicativa:** o “prazo de vigência do Edital de credenciamento” (art. 5º e art. 9º, parágrafo único, do Decreto nº 11.878/2024) não se confunde com o “prazo de validade do credenciamento” (art. 19, §1º, do Decreto nº 11.878/2024).  
O prazo de vigência do edital de credenciamento é o período no qual os interessados podem se habilitar a compor a lista de credenciados.

Já o *prazo de validade do credenciamento* é o período em que, uma vez habilitados, os interessados permanecerão na lista de credenciados, e, portanto aptos a serem convocados para a execução do objeto.

E:

**Nota Explicativa:** conforme entendimento adotado no Parecer n. 0003/2017/CNU/CGU/AGU, "II - É admissível o estabelecimento de **vigência indeterminada** ao credenciamento, com inexistência de prazo limite para que os interessados possam comparecer e se credenciar perante a Administração Pública, sem prejuízo de alteração ulterior das regras de credenciamento"

II) Nota explicativa para o item 12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL", que tem como redação em seu único subitem: 12.1. *O presente edital terá prazo de vigência de XXXXXXX, a contar de XXXXXX.*

**Nota Explicativa:** durante o período de vigência do Edital, o credenciamento ficará permanentemente aberto para inclusão de novos interessados na lista de credenciados (cfr. art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei n. 14.133/21 c/c art. 5º, caput, do Decreto n. 11.878/2024)

4.4.1. Considerando a necessidade permanente da contratação de instituição financeira, a economicidade processual, a inexistência de despesas para a Administração (não haverá pagamento de contrapartida financeira para a contratada) e, em decorrência, de preocupação com a manutenção da vantajosidade econômica da contratação, e estando reconhecida a possibilidade jurídica, o edital terá vigência por tempo indeterminado.

#### 4.5. Prazo de validade do credenciamento indeterminado:

4.5.1. Sabendo-se que como regra, durante a vigência do edital de credenciamento, o credenciamento ficará permanentemente aberto para a inclusão de novos interessados na lista de credenciados, estabelecer prazo determinado para a validade do credenciamento seria desproporcional e de nenhuma valia (regra inepta).

4.5.2. Assim, uma vez habilitados, os interessados permanecerão na lista de credenciados e aptos a serem convocados para a execução do objeto, por prazo indeterminado, ressalvadas as situações de revogação do edital de credenciamento e as ocorrências de descredenciamento, conforme a legislação vigente e/ou as regras editalícias aplicáveis ao procedimento do descredenciamento.

4.5.2.1. Observado o regulamento vigente - Decreto nº 11.878, 9 de janeiro de 2024 - e a minuta de edital modelo da Advocacia-Geral da União, o edital de credenciamento deverá estabelecer que será realizado o descredenciamento, quando houver:

- a. pedido formalizado pelo credenciado, com antecedência de 30 (trinta) dias corridos;
- b. perda das condições de habilitação do credenciado;
- c. descumprimento injustificado do termo de credenciamento pelo contratado; e
- d. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

4.5.3. Assim sendo, o Termo de Credenciamento terá prazo de vigência indeterminado

#### 4.6. Vedação da participação em consórcio e permissão da participação de cooperativas de crédito

4.6.1. A participação em consórcio não será admitida, em razão de sua desnecessidade para a execução dos serviços e, ainda, quanto às instituições financeiras tipo I, por se tratar de instituto não previsto pelo BACEN para a prestação de serviços bancários.

4.6.2. Será admitida a participação de cooperativas de crédito.

#### 4.7. Cumprimento dos requisitos/documentação para fins de habilitação:

4.7.1. Modelo de Pedido de Credenciamento preenchido e assinado por representante legal;

4.7.2. Declaração para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

4.7.3. Declaração de Concordância e Aceitação das condições estabelecidas no Edital;

4.7.4. Para sua HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações devidamente registradas, em se tratando de sociedade empresária, no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria ou contrato consolidado. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- II. decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- III. ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente, para as instituições financeiras tipo I;

- IV. indicação do representante legal da proponente, com a respectiva documentação, para praticar todos os atos necessários em nome da Instituição Financeira, na formalização do Termo de Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Contrato;
- V. certidão ou declaração de que a instituição não se encontra sujeita a processo de liquidação extrajudicial, intervenção ou administração especial temporária.

4.7.5. Para comprovação de sua REGULARIDADE FISCAL:

- I. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- II. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- III. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.7.6. Para comprovação de sua QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) para instituição financeira tipo I:

a.1) autorização para o funcionamento por autoridade competente;

a.2) declaração de que atende aos procedimentos de interligação ao AntecipaGov no prazo de 30 (trinta) dias, que poderá ser prorrogado a critério da Administração;

b) para gestora de plataformas digitais:

b.1) declaração de que atende aos procedimentos de interligação ao AntecipaGov no prazo de 30 (trinta) dias, que poderá ser prorrogado a critério da Administração;

b.2) apresentar lista das instituições financeiras tipo II que operam na plataforma digital, bem como autorização para o funcionamento por autoridade competente de que trata a alínea a), supra, dessas instituições;

b.3) apresentar documento(s) comprovando que a(s) instituição(ões) financeira(s) tipo II que informar que opera(m) na plataforma digital está(ão) ciente(s) e confirma(m) que opera(m) na referida plataforma.

4.7.7. Dados e documentação do(s) representante(s) para a assinatura do Termo de Credenciamento:

- I. documento de identidade (cópia);
- II. inscrição no Cadastro da Pessoa Física (CPF);
- III. qualificação pessoal (nacionalidade, estado civil etc.), endereço completo, telefone e e-mail;
- IV. documento que concede o poder para assinatura do Termo de Cooperação Técnica (estatuto, procuração, nomeação etc).

4.7.8. Observar que as instituições gestoras das plataformas, devidamente credenciadas nos termos do edital de credenciamento, não poderão ser, concomitantemente, instituições financeiras tipo I ou II.

4.7.9. Observar que uma mesma instituição financeira poderá operar, concomitantemente, como tipo I e II.

4.7.10. Documentação complementar para cooperativas

4.7.10.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

4.7.10.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

4.7.10.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

4.7.10.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.7.10.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

4.7.10.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

4.7.10.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

4.7.10.1.6.1. ata de fundação;

- 4.7.10.1.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 4.7.10.1.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 4.7.10.1.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 4.7.10.1.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 4.7.10.1.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 4.7.10.1.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 4.8. Vedação à subcontratação: considerando a sua desnecessidade para o cumprimento da execução dos serviços, tanto pela instituição financeira tipo I, quanto pela empresa gestora de plataforma digital, bem como o fato de instituições financeiras não terem autorização do BACEN para subcontratar operações de crédito.
- 4.9. Não haverá exigência de garantia de execução, considerando, especialmente:
- a. tratar-se de credenciamento, não havendo asseguração às empresas CREDENCIADAS de quantitativo mínimo para a contratação dos serviços, inclusive pela liberdade de escolha do fornecedor, de acordo com a propostas apresentadas;
  - b. o Sistema Financeiro Nacional ser regulado e fiscalizado pelo Banco Central do Brasil, inclusive mediante regulação via normas específicas e definidoras de obrigações, direitos e penalidades em razão do exercício da atividade.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. Considerando a preexistência de credenciadas, combinada com o fato de se tratar de credenciamento para a prestação de serviços sem ônus financeiro para a Administração, não há razão identificada para ser realizado levantamento de mercado, pois se tem a certeza de sua existência e da compatibilidade da modelagem estratégica disposta na IN SEGES/MGI nº 82/2025 com as práticas e possibilidades do mercado, tanto para as instituições financeiras tipo I (pessoas jurídicas autorizadas por entidade competente, que poderão realizar operações de crédito decorrentes de contratos administrativos, quanto para as instituições gestoras de plataforma digital (pessoas jurídicas que farão a intermediação de operações de créditos decorrentes de contratos administrativos).
- 5.2. Além disto e considerando que se trata de modelagem estabelecida e detalhada na IN SEGES/MGI nº 82/2025, a única solução para atender a demanda já está estabelecida, não cabendo realizar levantamento de solução de mercado.
- 5.3. Atualmente, as seguintes pessoas jurídicas são credenciadas e prestam os serviços a serem contratados:

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA TIPO 1	CNPJ
ACCREDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A	37.715.663/0001-68
Banco Crefisa S/A	61.033.106/0001-86
BANCO DAYCOVAL S/A	62.232.886/0001-60
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A	31865.683/0001-16
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A	60.400.888/0001-42
BANCO SOFISA S/A	60.886.128/0001-80
BMP MONEY PLUS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A	34.337.707/0001-00

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A	00.000.208/0001-00
BRK S.A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	12.865.507/0001-67
CASA DO CRÉDITO S.A	05.442.026/0001-47
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - SICREDI PLANALTO CENTRAL	10.736.214/0001-84
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE DOS TRABALHADORES EM ENSINO DO DISTRITO FEDERAL LTDA - SICOOB	00.664.877/0001-20
HSCM SOCIEDADE DE CRÉDITO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA	07.6638580/0001-28
MULTIPLIKE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	26.466.420/0001-01
SICOOB CREDICOM - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO DOS MEDICOS E PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE DO BRASIL LTDA.	42.868.825/0001-15
SOCIEDADE DE CRÉDITO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE - SOCRED S/A	06.210.106/0001-64
TAIPATSB FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL	21.081.676/0001-06
U.P.P SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A	35.677.067/0001-71
VIA CRÉDITO E INTERMEDIACÃO LTDA	04.078.742/0001-60

GESTORA DE PLATAFORMA	CNPJ
BITGOV LTDA	45.650041/0001-87
BROADFACTOR SISTEMA E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	13.6645.681.0001-04
DIRETA CAPITAL LTDA	12.586.135/0001-60
EMPRESA ANTECIPA PLATAFORMA DE INTERMEDIÇÕES DE RECEBÍVEIS G CRÉDITO S.A	26.644.812/0001-63
FLUX CORRESPONDENTE BANCÁRIO E INFORMÁTICA LTDA	32.164.466/0001-78
NOVA BITGOV SERVICOS LTDA	48.532.116/0001-06
NOVA SRM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS E FINANÇAS S /A	11.504.852/0001-32
PRATA DIGITAL LTDA	40.050.004/0001-07
SUPPLY FINANCE DO BRASIL HOLDING LTDA	35.152.013/0001/60
VALORO SECURITIZADORA S.A	53.637.450/0001-71

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução como um todo e os procedimentos para operação de crédito, diretrizes, limites, vedações, prazos, formalidades e demais condições estão estabelecidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, incluído o seu Anexo I, ora transcritas - devendo ser observadas futuras alterações ou norma(s) que venha(m) alterar ou substituir as condições ora vigentes -:

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 82, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

*Dispõe sobre as regras e os procedimentos para operações de crédito decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal AntecipaGov, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.*

**O SECRETÁRIO DE GESTÃO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 16, caput, incisos I, alínea "a", VI e VII, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994 e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.878 de 9 de janeiro de 2024, e na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **resolve**:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre as regras e os procedimentos para realização de operações de crédito por meio do Portal AntecipaGov, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



*Parágrafo único. Os procedimentos para operação de crédito de que trata o caput estão dispostos no Anexo desta Instrução Normativa.*

*Art. 2º As operações de crédito de que trata o art. 1º somente poderão ser realizadas por meio do Portal AntecipaGov, sendo vedada a utilização de outros meios não previstos nesta Instrução Normativa.*

## **Definições**

*Art. 3º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se:*

*I - conta domicílio - conta de titularidade do fornecedor em que os pagamentos decorrentes do contrato administrativo deverão ser obrigatoriamente depositados enquanto a operação de crédito estiver vigente;*

*II - instituição financeira tipo I - pessoa jurídica autorizada por entidade competente, credenciada pela Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que poderá realizar operação de crédito decorrente de contrato administrativo, sem a intermediação de instituição gestora da plataforma digital;*

*III - instituição financeira tipo II - pessoa jurídica autorizada por entidade competente que opera em plataforma digital, com a qual o fornecedor poderá realizar operação de crédito decorrente de contrato administrativo;*

*IV - instituição gestora da plataforma digital - pessoa jurídica credenciada pela Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos que fará a intermediação de operação de crédito decorrente de contrato administrativo;*

*V - Portal AntecipaGov - ambiente digital disponibilizado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que proporciona a integração entre fornecedores, instituições financeiras tipo I, plataformas digitais e Administração, para realização de operação de crédito.*

*Parágrafo único. Para efeito deste artigo, entende-se por entidade competente o órgão regulamentador do mercado, tal como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros Privados, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ou órgão respectivo, responsável pela autorização de funcionamento das instituições financeiras tipo I e II.*

## **CAPÍTULO II**

### **DO ACESSO E UTILIZAÇÃO DO PORTAL ANTECIPAGOV**

#### **Acesso**

*Art. 4º O acesso ao Portal AntecipaGov pelas instituições financeiras tipo I e instituições gestoras das plataformas digitais se dará por meio de credenciamento realizado, exclusivamente, pela Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.*

*§ 1º No credenciamento de que trata o caput deverão ser observadas as disposições do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.*

*§ 2º O edital de credenciamento deverá trazer as regras de interligação das plataformas digitais e instituições financeiras ao Portal AntecipaGov.*

*Art. 5º O acesso ao Portal AntecipaGov pelos fornecedores que possuem contrato administrativo ativo com órgãos e entidades da administração pública será realizado por meio da conta Gov.br.*

*Art. 6º O fornecedor interessado deverá solicitar cotação indicando o(s) contrato(s) cujos créditos serão a base para a operação de crédito pretendida.*

*Art. 7º O acesso ao Portal AntecipaGov pelos órgãos e entidades da administração pública será realizado por meio da conta Gov.br.*

*Art. 8º Caso o órgão e entidade da administração pública não integrante do Sistema de Serviços Gerais - Sisg, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tenha interesse que seus fornecedores utilizem o Portal AntecipaGov, deverá celebrar o Termo de Acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg, com a opção de adesão ao Sistema Contratos Gov.br e Portal Antecipagov.*

#### **Utilização pelos órgãos e entidades da administração pública**

*Art. 9º A utilização do Portal AntecipaGov está vinculada à gestão dos contratos pelo órgão ou entidade interessado no Sistema Contratos Gov.br.*

Art. 10. O órgão e entidade que utiliza o SIAFI deve emitir empenhos e gerar documentos hábeis para pagamento pelo Sistema Contratos Gov.br.

Art. 11. O órgão ou entidade que não utiliza o SIAFI deverá integrar o seu sistema financeiro ao Sistema Contratos Gov.br, no que tange ao envio dos dados de empenho e de pagamento de contratos.

Art. 12. O órgão ou entidade se obriga a efetuar os pagamentos aos fornecedores no domicílio bancário vinculado à operação de crédito ativa, durante toda a vigência da operação.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS PLATAFORMAS DIGITAIS**

##### **Desenvolvimento e manutenção**

Art. 13. As plataformas digitais para a operação de crédito de que trata esta Instrução Normativa serão desenvolvidas e mantidas pelas instituições gestoras das plataformas, sem ônus para a administração pública.

§ 1º As instituições gestoras das plataformas, devidamente credenciadas nos termos do Capítulo II, não poderão ser, concomitantemente, instituições financeiras tipo I ou II.

§ 2º Uma mesma instituição financeira poderá operar, concomitantemente, como tipo I e II.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

##### **Contratos administrativos**

Art. 14. Os contratos administrativos celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública integrantes do SISG e pelos órgãos aderentes na forma do art. 8º estão vinculados ao Portal AntecipaGov.

Art. 15. A ausência de previsão expressa no contrato ou no termo de referência não impede a realização de operação de crédito no Portal AntecipaGov.

### **CAPÍTULO V**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

##### **Orientações gerais**

Art. 16. Os órgãos e entidades, seus dirigentes, servidores, fornecedores e instituições financeiras que utilizem as plataformas digitais e o Portal AntecipaGov responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades deverão assegurar o sigilo e a integridade dos dados e informações da plataforma digital, das instituições financeiras e do Portal AntecipaGov de que trata esta Instrução Normativa, protegendo-os contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas no âmbito de sua atuação.

Art. 17. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que poderá expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais para fins de operação do sistema.

##### **Regra de Transição**

Art. 18. Os contratos em andamento poderão ser objeto de operação de crédito nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 19. Fica revogada a Instrução Normativa Seges/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

Parágrafo único. As operações de crédito realizadas sob a égide da Instrução Normativa Seges/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, permanecem por ela regidos.

##### **Vigência**

Art. 20. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 2 de junho de 2025.

Art. 21. A eficácia das previsões desta Instrução Normativa em relação aos órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais dependerá da disponibilidade do Sistema Contratos Gov.br.

**ROBERTO POJO**

## **ANEXO**

### **1. Diretrizes gerais para a solicitação do fornecedor**

1.1. O fornecedor deverá solicitar, no Portal AntecipaGov, propostas para a operação de crédito, indicando o(s) contrato(s) cujos créditos serão a base para a operação pretendida.

a) As informações sobre os contratos selecionados e seus saldos contábeis serão consultados por meio do barramento de serviços.

1.2. O valor da operação de crédito não poderá exceder a setenta por cento do saldo a receber atualizado do(s) contrato(s) selecionado(s) pelas instituições financeiras.

1.3. Havendo operação de crédito anterior referente ao mesmo contrato, deverá ser observado:

a) o valor máximo da nova operação de crédito corresponderá a setenta por cento da diferença entre o saldo atualizado dos créditos do contrato e o saldo devedor atualizado da operação anterior;

b) a instituição financeira credora da operação anterior deverá manter atualizado na plataforma digital correspondente o respectivo saldo devedor; e

c) a operação de crédito solicitada somente poderá ser contratada com a mesma instituição financeira, mantendo-se a conta domicílio indicada para o contrato.

1.4. Os órgãos e as entidades vinculadas aos contratos indicados nos termos do subitem 1.1 serão imediatamente notificados sobre a solicitação do fornecedor, por meio do Portal AntecipaGov.

### **2. Diretrizes gerais para a informação sobre riscos em contratos para a operação de crédito**

2.1. Os órgãos e as entidades vinculadas aos contratos indicados pelo fornecedor prestarão as seguintes informações, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da solicitação que trata o subitem 1.1:

a) se a execução está suspensa ou sequer foi iniciada;

b) se há formalização no processo quanto à paralisação da execução;

c) se há formalização no processo voltada à redução de quantitativos ou de valor do contrato;

d) se há formalização no processo voltada à rescisão contratual;

e) se há formalização no processo voltada à execução da garantia de execução do contrato.

2.2. Findo o prazo de que trata o subitem 2.1, serão disponibilizadas no Portal AntecipaGov as informações sobre riscos ou a indicação do seu não preenchimento pelos órgãos e entidades de que trata o dispositivo, cabendo às instituições avaliarem a vantagem de se prosseguir à operação de crédito.

### **3. Diretrizes gerais para a apresentação de propostas pelas instituições financeiras**

3.1. As instituições financeiras interessadas deverão, em até quinze dias úteis a contar da solicitação que trata o subitem 1.1 apresentar, propostas para a contratação da operação de crédito:

a) no Portal AntecipaGov, se forem instituições financeiras tipo I;

b) nas plataformas digitais em que operam, se forem instituições financeiras tipo II.

3.2. As propostas apresentadas pelas instituições financeiras interessadas deverão conter, no mínimo:

a) condições financeiras, comerciais e jurídicas aplicáveis;

b) prazo estimado do desembolso do objeto da operação de crédito; e

c) data estimada de liquidação da operação de crédito.

3.3. As plataformas digitais e as instituições financeiras tipo I registrarão, no Portal AntecipaGov, todas as propostas apresentadas.

#### 4. Diretrizes gerais para a seleção da proposta e indicação de conta domicílio

4.1. O fornecedor tem até vinte dias úteis após a solicitação das propostas de que trata o subitem 1.1 para selecionar a proposta de sua preferência, no Portal AntecipaGov.

a) Findo o prazo de que trata este subitem 4.1. sem que haja a manifestação do fornecedor, as plataformas digitais, as instituições financeiras tipo I e o Portal AntecipaGov cancelarão automaticamente a solicitação registrada, por desistência do fornecedor.

4.2. O fornecedor e a instituição financeira deverão, em até vinte dias úteis a contar da seleção da proposta de que trata o subitem 4.1, para registrar a operação de crédito no Portal Antecipagov.

4.3. Após a formalização de que trata o subitem 4.2, será emitido o termo de vinculação de domicílio bancário por meio do Portal AntecipaGov com as informações sobre a conta domicílio constituída.

4.4. A emissão do termo de vinculação de domicílio bancário será comunicada:

a) ao órgão ou entidade vinculada ao contrato indicado pelo fornecedor; e

b) ao Sistema Contratos Gov.br para compor as informações de pagamento.

4.5. A Administração efetuará o registro da conta domicílio, devendo anexar aos autos do processo de contratação o termo de vinculação de domicílio bancário.

a) O domicílio bancário constituído somente será aplicável aos créditos ainda não programados para pagamento até a data da efetivação da operação de crédito.

4.6. A instituição financeira selecionada deverá indicar a data da efetivação da operação de crédito.

4.7. As informações centrais à operação de crédito, definidas no edital de credenciamento, deverão ser registradas pela plataforma digital ou pela instituição financeira tipo I no barramento de serviços.

#### 5. Diretrizes gerais sobre os prazos

5.1 O prazo para realização da operação de crédito poderá ser abreviado caso os procedimentos correspondentes aos subitens 2.1, 3.1, 4.1 e 4.2 sejam executados em um tempo inferior aos prazos máximos estabelecidos.

#### 6. Diretrizes gerais para os pagamentos pela Administração

6.1. Durante a vigência da operação de crédito, a Administração depositará na conta domicílio os créditos dos contratos indicados pelo fornecedor.

6.2. Os valores depositados pela Administração na conta domicílio, não utilizados na amortização ou liquidação de parcelas da operação, devem ser transferidos pela instituição financeira para a conta movimento do contratado, em até um dia útil do crédito realizado.

#### 7. Diretrizes gerais para o registro, liquidação e cancelamento da operação de crédito

7.1. Ocorrerá o cancelamento da solicitação quando não ocorrer o registro da operação no prazo a que se refere o subitem 4.2 do item 4.

7.2. O fornecedor, a qualquer tempo, poderá solicitar, na plataforma digital ou junto à instituição financeira tipo I, a liberação do domicílio bancário nos casos de cancelamento ou liquidação da operação de crédito.

7.3. A instituição financeira deve registrar, em até dois dias úteis a contar do fato, a liquidação ou o cancelamento da operação de crédito, autorizando a liberação do domicílio bancário.

a) O registro de que trata este item será na plataforma digital, se a instituição financeira for tipo II.

#### 8. Avaliação do fornecedor pelas instituições financeiras

8.1. Após a liquidação da operação de crédito, a instituição financeira poderá registrar ocorrências relacionadas ao instrumento para avaliação e histórico de desempenho do fornecedor.

Este conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial da União - DOU.

6.2. Os percentuais a serem aplicados sobre o valor nominal de cada operação de crédito realizada por instituições financeiras tipo I ou pelas instituições gestoras das plataformas, credenciadas pela Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que deverá ser diretamente repassado ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), a título de sustentação de ambientes de tecnologia da informação e comunicação do governo federal serão, conforme tabela a seguir, consoante a Portaria SEGES/MGI nº 6.521, de 8 de agosto de 2025:

Percentual a ser aplicado por faixa de valor nominal da operação de crédito		
Faixa	Valor a antecipar	% a ser aplicado
1	Até R\$ 300.000,00	0,42%
2	De R\$ 300.000,01 a R\$ 1.000.000,00	0,34%
3	De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 10.000.000,00	0,27%
4	De R\$ 10.000.000,01 a R\$ 100.000.000,00	0,22%
5	Acima de R\$ 100.000.000,01	0,17%

6.3. A Administração não firmará contrato com as credenciadas, pois não haverá prestação de serviços por qualquer CREDENCIADA diretamente à CREDENCIANTE.

6.4. A adesão a que se refere o Art. 8º da instrução normativa supratranscrita dar-se-á por meio do Sistema de Gestão de Acesso - SGA, em que é disponibilizado o Termo de Acesso, que possibilitará o acesso e a utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, podendo ser acessado por meio do link <https://www.gestaodeacesso.comprasgovernamentais.gov.br/termoAdesao/formulario>.

6.5. A credenciada deverá cumprir rigorosamente as condições do edital de Credenciamento e anexos, bem como as normas legais e infralegais aplicáveis às operações de crédito garantidas por cessão fiduciária de direitos de crédito.

6.6. Não haverá ônus para a credenciada e para a credenciante administração pública em razão da prestação dos serviços, o que se aplicará à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA TIPO I credenciada e à PLATAFORMA DIGITAL credenciada.

6.7. Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, serão considerados como inclusos no serviço, não sendo considerados pleitos de qualquer título, devendo a prestação do serviço ser cumprida pela CREDENCIADA.

6.8. A utilização do Portal AntecipaGov pelas credenciadas e fornecedores se dará em caráter gratuito.

6.9. A credenciada terá o prazo de até 30 (trinta) dias para a conclusão dos procedimentos de interligação ao Portal AntecipaGov, contados da data de assinatura do termo de credenciamento.

6.9.1. O prazo do Item 6.9. poderá ser prorrogado a critério da Administração.

6.10. Início da execução do objeto: imediatamente após a conclusão dos procedimentos de interligação ao Portal AntecipaGov.

#### 6.11. INTERLIGAÇÃO AO PORTAL

6.11.1. O AntecipaGov é uma plataforma digital, desenvolvida pelo SERPRO em conjunto com o Ministério da Gestão e da Inovação, na qual os fornecedores podem oferecer seus contratos administrativos ou empenhos com força de contrato como insumo para análise de risco e, depois, escolher o melhor serviço de crédito dentre as diversas instituições financeiras credenciadas.

6.11.2. As operações são realizadas por meio de um portal na internet, de maneira ágil, padronizada, transparente e segura.

6.11.3. O acesso ao Portal AntecipaGov pelas instituições financeiras tipo I e instituições gestoras das plataformas digitais se dará por este credenciamento.

6.11.4. O acesso ao Portal AntecipaGov pelos fornecedores que possuem contrato administrativo ativo com órgãos e entidades da administração pública será realizado por meio da conta Gov.br.

6.11.5. A Credenciada estará apta a acessar/contratar o Barramento de Serviços, por meio da assinatura do Contrato de adesão de prestação de serviços especializados de tecnologia de informação - AntecipaGov, disponível no endereço eletrônico: <https://www.loja.serpro.gov.br/antecipagov>.

6.11.6. Os prazos relativos às necessidades de evolução das plataformas ou dos ambientes de tecnologia de informação e comunicação em que operam as instituições financeiras tipo I será de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Termo de contrato do serviço de barramento.

6.11.7. O prazo que trata o o subitem 6.11.6. poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

6.11.8. Os dados intercambiáveis entre as plataformas digitais, as instituições financeiras tipo I, o Portal e o barramento de serviços se dará conforme Arquitetura Técnica do Sistema, constante no Anexo I do ETP (SEI nº 51266984).

## 6.12. REGRA DE TRANSIÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

6.12.1. O Edital de Credenciamento nº 2/2020, instruído mediante o Processo Eletrônico SEI nº 19973.104746/2020-74, do então Ministério da Economia, teve sua vigência expirada em 31/12/2024, com base no art. 6º da Portaria SEGES/MGI nº 1.769/2023, que prevê o encerramento dos credenciamentos realizados com fundamento na Lei nº 8.666/1993 até aquela data.

6.12.2. O precitado edital teve fulcro na então vigente Lei nº 8.666/2021, revogada pela Lei nº 14.133/2021, e a solução como um todo foi estabelecida no Edital de Credenciamento nº 2/2020 com base nas regras e procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa Seges /ME nº 53, de 8 de julho de 2020, revogada pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025

6.12.3. Os contratos firmados pelas credenciadas com o SERPRO, decorrentes do Edital de Credenciamento nº 2/2020 permaneceram vigentes, em perfeita aderência normativa com a Portaria SEGES/MGI nº 1.769/2023 e cláusula contratual específica para a vigência de cada instrumento, possibilitando a continuidade das operações de crédito, não havendo necessidade de convalidação de atos já praticados sob a égide destes contratos, desde que vigente.

6.12.4. Ocorre que o presente credenciamento trará a atualização do fundamento legal e observará os ditames da Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentos vigentes e aplicáveis às contratações públicas, bem como a adequação das regras e dos procedimentos para operações de crédito decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal AntecipaGov, conforme as disposições da novel Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025.

6.12.5. Considerando as alterações das regras de negócio antes estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, entende-se que é necessária a transição dos contratos firmados na égide do Credenciamento nº 2/2020 e para novos contratos a serem firmados a partir do novo edital de credenciamento que será publicado.

6.12.6. Desta forma, entende-se que deverá ser estabelecido prazo no edital do credenciamento ora em instrução para que ocorra a a migração de forma gradual e progressiva, o que deverá ser acordado previamente entre a empresa pública Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, observando-se a data de vigência dos instrumentos celebrados com aquela empresa.

6.12.7. Os credenciados serão escolhidos conforme os interesses dos fornecedores titulares de contratos administrativos, de forma discricionária, avaliadas as propostas que vierem a ser apresentadas, caso a caso, no Portal AntecipaGov.

## 6.13. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA CREDENCIANTE, APÓS O CREDENCIAMENTO

6.13.1. À Credenciante compete:

6.13.1.1. providenciar a assinatura do Termo de Credenciamento, após manifestação da Comissão de Credenciamento pelo deferimento do pedido efetuado pela Instituição Financeira;

6.13.1.2. designar os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização técnica do credenciamento;

6.13.1.3. remeter ao SERPRO a informação de novos Termos de Credenciamento celebrados, com vistas à integração do Credenciado ao Portal AntecipaGov; e

6.13.1.4. acompanhar a execução dos Termos de Credenciamento.

## 6.14. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

6.14.1. À Credenciada, Instituição Financeira, compete:

6.14.1.1. comprometer-se a seguir as regras e os procedimentos para operações de crédito decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal AntecipaGov, nos termos do item 6 do ETP.

6.14.1.2. efetuar a integração dos seus sistemas com o Portal Antecipagov, mediante formalização de contrato de prestação serviços junto ao SERPRO, observadas as informações técnicas constantes no Manual de Integração AntecipaGov, também do SERPRO.

## 6.15. COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO SERPRO

6.15.1. Ao SERPRO, desenvolvedor da Plataforma Antecipagov, compete:

6.15.1.1. fornecer, à Instituição Financeira Credenciada, acesso ao Portal Antecipagov, após assinatura do contrato/termo de adesão;

6.15.1.2. dar publicidade da lista de credenciadas disponíveis para operar na plataforma;

6.15.1.3. informar à Credenciante qualquer inexecução, ou alteração nos serviços oferecidos pelas Instituições Financeiras Credenciadas;

6.15.1.4. prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste instrumento.

#### 6.16. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Credenciado.

6.16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Credenciado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.16.6. É dever do Credenciado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.16.7. O Credenciado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.16.8. O Credenciante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Credenciado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.16.9. O Credenciado deverá prestar, no prazo fixado pelo Credenciante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.16.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.16.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.16.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Não há fonte de dados de consulta sistematizada que permita apresentar a estimativa da quantidade de operações de crédito.

7.2. Ainda, por se tratar de serviços prestados conforme eventuais interesses futuros e desconhecidos de contratados da Administração para a realização de operações de crédito, pode-se depreender que não há base que permita cálculo, mesmo que estimativo, das quantidades a serem contratadas pelos fornecedores.

7.3. Neste ponto, cumpre destacar que tal informação não trará prejuízo para a manifestação de interessadas no credenciamento, o que se constatou no Credenciamento nº 2/2020, até porque tanto as instituições financeiras quanto as gestoras de plataformas digital prestam seus serviços de forma eletrônica e mediante o uso tanto de seus recursos tecnológicos quanto pelo uso gratuito do Portal AntecipaGov.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1,00

8.1. Conforme detalhamento a seguir, não haverá ônus para a administração pública:

8.1.1. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA TIPO I:

8.1.1.1. A prestação do serviço será sem ônus para a Administração Pública.

8.1.1.2. Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, serão considerados como inclusos no serviço, não sendo considerados pleitos de qualquer título, devendo a prestação do serviço ser cumprida pela CREDENCIADA.

8.1.2. PLATAFORMA DIGITAL:

8.1.2.1. As plataformas digitais para a operação de crédito serão desenvolvidas e mantidas pelas instituições gestoras das plataformas, sem ônus para a Administração Pública.

8.1.2.2. Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, serão considerados como inclusos no serviço, não sendo considerados pleitos de qualquer título, devendo a prestação do serviço ser cumprida pela CREDENCIADA.

8.2. Atribui-se no campo "Valor (R\$)" o menor número admitido pelo Sistema ETP Digital, que é o de 1 Real..

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não se aplica, considerando tratar-se de modelagem de contratação estabelecida na IN SEGES/MGI nº 82/2025.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas quaisquer contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O credenciamento ora em planejamento está alinhado com a missão e alguns dos objetivos estratégicos do Ministério da Gestão e da Inovação:



11.2. Destaca-se a aderência do credenciamento em planejamento, que tem a finalidade de viabilizar a operação de créditos em favor dos fornecedores, com base em contratos administrativos de que são titulares, com os objetivos estratégicos do Mapa Estratégico MGI 2023-2027 de números: 1, 3 e 5.



## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- 12.1. Facilitação da operação de créditos com base em contratos administrativos, por meio da automação instrumentalizada pelo uso do portal AntecipaGov;
- 12.2. Agregação de fator atrativo às empresas em geral para contratações administrativas para o fornecimento de bens e/ou serviços à Administração;
- 12.3. Concentração das transações para operações dos referidos créditos no AntecipaGov;
- 12.4. Padronização de exigências e de procedimentos para a operação dos referidos créditos.

## 13. Providências a serem Adotadas

- 13.1. As providências a serem adotadas são as definidas na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

- 14.1. Não há impactos ambientais negativos em razão do credenciamento.
- 14.2. Pode-se destacar que a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, agregou ao AntecipaGov a dispensa de uso de termo de adesão em papel para upload, o que, embora em pequena escala, impactará positivamente no meio ambiente.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da Contratação opina pela viabilidade do credenciamento, considerando tratar-se de contratação prevista e com modelagem estratégica estabelecida na IN SEGES/MGI nº 82/2025 e não haver ônus financeiro em sua decorrência ou das operações que vierem a ser realizadas no âmbito do futuro credenciamento.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CARLOS EDUARDO GREGORIO PIRES**

Membro da EPC



Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 13:04:05.

**SANDRA MARIA DE MENEZES BELOTA**

Membro da EPC



*Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 14:09:29.*

**TAISA ALVES CASTANHEIRA DE SOUSA**

Membro da EPC



*Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 19:08:51.*

**ELENI ROBERTA DA SILVA**

Coordenadora-Geral



*Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 12:19:03.*

**EDHER GARRIDO LOMBARDI**

Membro da EPC



*Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 14:48:35.*

**MARIANA TELES SIEBRA DE CASTRO**

Membro da EPC



*Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 12:18:38.*

Despacho: Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar.

**MARFISA CARLA DE ABREU MACIEL CASTRO**

Diretora



*Assinou eletronicamente em 04/11/2025 às 20:25:30.*